

CRISE NOS LABORATÓRIOS

PARA PENSAR NO FUTURO

Cientistas de renome criticam cortes a pesquisas no país e pedem projeto de longo prazo

RENATO GRANDELLE
renato.grandelle@oglobo.com.br

Os cortes de recursos para pesquisas no país são reflexo da crise financeira que começou a se agravar em meados de 2015, mas a instabilidade de investimentos é algo histórico na produção de conhecimento no país. Para alguns dos principais cientistas brasileiros em atividade, os obstáculos do setor são consequência da ausência de políticas públicas de longo prazo.

Conforme mostrou O GLOBO, ontem, um levantamento que ouviu as opiniões de cem membros da Academia Brasileira de Ciências (ABC) expõe o descontentamento com a perda de respaldo e reconhecimento público, a dificuldade de conseguir insumos para pesquisas e a baixa captação de talentos do exterior.

Para pesquisadores de renome como a neurocientista Suzana Herculano-Houzel, o matemático Artur Ávila e o físico Luiz Davidovich, o poder público ainda pensa a curto prazo, sem transformar a construção de saber em política de Estado.

Em maio de 2016, Suzana fechou seu laboratório na UFRJ e se mudou para a Universidade Vanderbilt, em Nashville, nos EUA. Sua saída gerou polêmica na academia — colegas chegaram a chamá-la de “desertora”.

— Tive a sorte de ser convidada a deixar o país a tempo. Aqui, minha produção vai muito bem, obrigada — diz ela. — A concordância com a lógica do “ficar e lutar a qualquer preço” só faz com que o sistema permaneça falido. Cientista não é mártir.

Único brasileiro a receber a Medalha Fields, considerada o Prêmio Nobel da matemática, o pesquisador Artur Ávila sublinha a carência de programas científicos duradouros:

— Continuidade é um processo fundamental para a ciência. Como convencer um jovem a participar de um projeto pessoal longo e difícil, quando o governo sinaliza que pode sacrificá-lo em nome de pequenas economias? — questiona Ávila, que é diretor do Centro Nacional de Pesquisa Científica da França e pesquisador do Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa), no Rio.

VACAS MAGRAS E TECNOLOGIAS OBSOLETAS

O físico Paulo Artaxo Netto, professor da USP e um dos cientistas mais influentes do mundo segundo a consultoria Thomson Reuters, avalia que, devido à crise financeira e à falta de planejamento, a ciência brasileira vai retroceder nos próximos dois anos:

— Esta é uma época de vacas magras — lamenta o professor do Instituto de Física da USP. — Além da redução dos recursos, vemos que o governo não tem qualquer compromisso com o progresso tecnológico. Basta ver a diminuição das agências de fomento à ciência.

Desde o agravamento da penúria econômica nacional, em 2015, programas federais e estaduais de incentivo à pesquisa vêm sofrendo cortes e atrasos de pagamentos. Segundo a ABC, tomando por base o orçamento aprovado para 2017, o ano vai ser de ainda mais dificuldades.

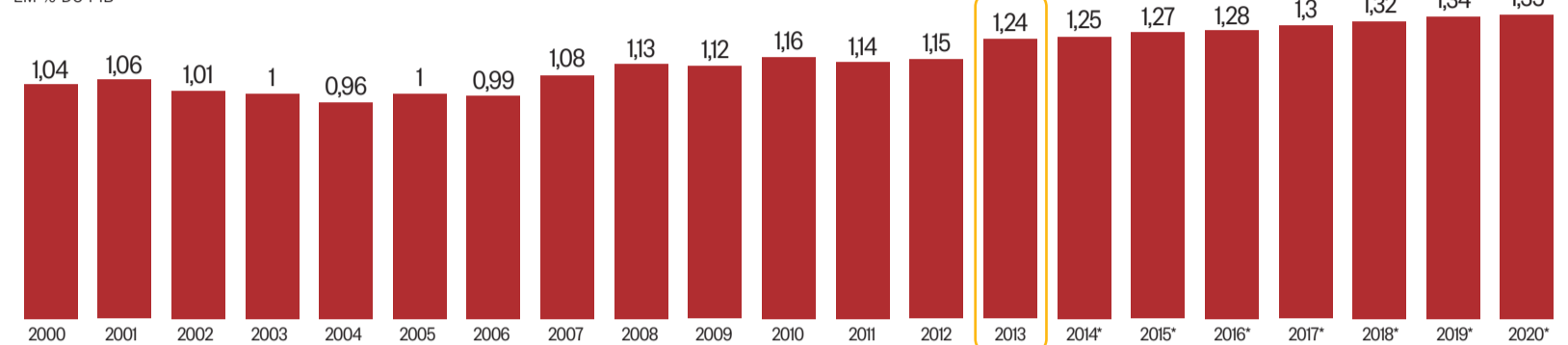
Para Luiz Davidovich, professor do Instituto de Física da UFRJ e presidente da ABC, o bom momento econômico no início da década de 2010 alçou a pesquisa nacional a postos de destaque, mas faltou o estabelecimento de uma política pública duradoura, o que colaborou para a situação atual dos laboratórios brasileiros.

— Com o início da recessão econômica, faltaram recursos para nossa área, e a tecnologia com que trabalhávamos tornou-se obsoleta. E, com a

RECURSOS PARA A CIÊNCIA

EVOLUÇÃO DE INVESTIMENTO EM PESQUISA NO PAÍS

EM % DO PIB

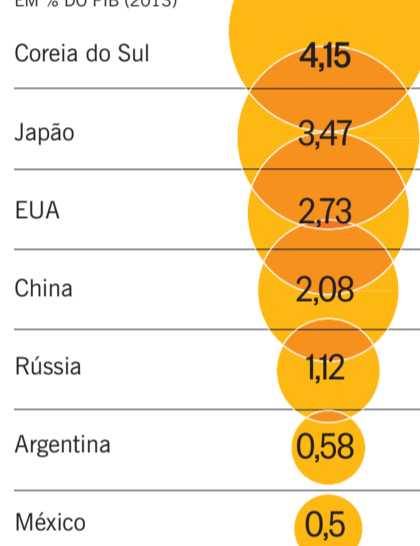


Dado mais recente

INVESTIMENTO EM VALOR ABSOLUTO R\$ 63,7 bi PIB NO ANO R\$ 5,15 tri

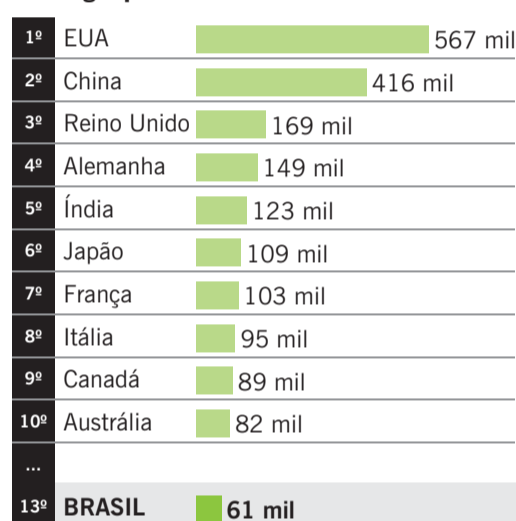
COMPARAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

EM % DO PIB (2013)

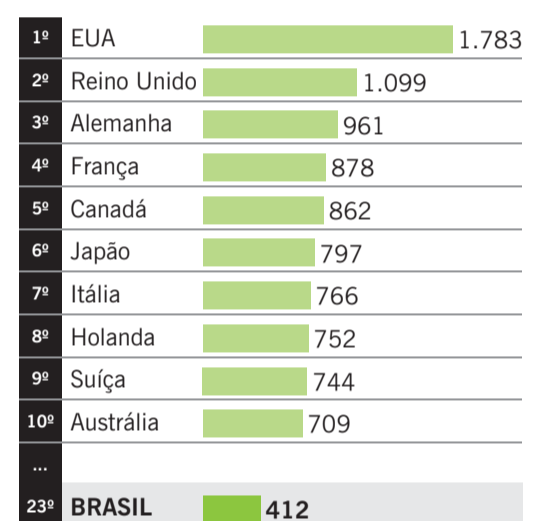


A PESQUISA BRASILEIRA NO MUNDO EM 2015

Os países com maior número de artigos publicados



Os países cujos artigos foram mais citados em outros trabalhos



Fontes: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e Scopus *Estimativas

Editoria de Arte

“

Com o início da recessão econômica, faltaram recursos para nossa área, e a tecnologia com que trabalhávamos tornou-se obsoleta”

Luiz Davidovich

Presidente da Academia Brasileira de Ciências

redução das bolsas de estudo, perdemos a oportunidade de atrair jovens empreendedores.

O curto momento de euforia econômica não permitiu que o país suprisse dificuldades históricas. Segundo a ABC, o Brasil tem cerca de 710 cientistas por milhão de habitantes. É um índice irrelevante, se comparado à média de 7.600 cientistas por milhão de indivíduos observada nos 34 países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

De acordo com dados de 2013 — os mais recentes, segundo o governo federal —, o Brasil dedica à ciência 1,24% do PIB. É um índice bem menor do que em nações desenvolvidas. Na Coreia do Sul, o setor recebe 4,1% da receita nacional. Nos EUA, são 2,7%. Mesmo assim, o Brasil está em situação melhor do que a Argentina (0,58%), o México (0,5%) e outros países na América Latina.

O país está distante das metas traçadas em uma conferência realizada em 2010 que reuniu o governo federal e representantes da iniciativa privada. No encontro, projetou-se que, em dez anos, o setor de pesquisa receberia entre 2% e 2,5% do PIB. No entanto, um documento publicado em julho de 2015 pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) calculou que, em 2020, o Brasil destinaria apenas 1,35% de sua receita a este setor.

De acordo com o índice Scopus, o Brasil é a 13ª nação com maior produção de pesquisas. No entanto, cai para a 23ª posição quando se considera o “impacto” dos trabalhos (quantas vezes eles são mencionados em outros artigos). Esta é a principal medida de relevância da produção de ciência em cada país.

Ministro da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, Gilberto Kassab atribui a crise no setor à depressão econômica. Em duas entrevistas ao GLOBO, no fim de 2016 e na semana passada, oscilou entre um tom negativo e outro otimista.

— Qualquer centavo a mais é bem-vindo. Todos os ministérios estão preocupados com os cortes em pesquisa. As atividades da pasta foram muito reduzidas ao longo dos últimos seis anos. Agora, começamos a viver uma recuperação. Nossa meta é destinar até 2% do PIB à ciência, tecnologia e inovação — afirma, sem anunciar um prazo. — Mas é importante que a comunidade reconheça que, ao longo de 2016, nossa situação econômica melhorou, em relação às ações dos últimos seis anos. ●

▶▶ CRISE NOS LABORATÓRIOS

ONTEM:

Cientistas veem retrocessos na área das pesquisas

antonio.gois@jeduca.com.br

ANTÔNIO GOIS



EDUCAÇÃO

Intenção e gesto

Universalização do horário integral no Rio é lei. Se Crivella quiser alterá-la, deve convencer a sociedade com argumentos sólidos

res em 2010. Deveria ser encarado, portanto, como uma política pública da cidade.

A promessa de campanha de Crivella, reforçada num dos primeiros decretos do prefeito, é bem mais modesta. Para o mesmo prazo, prevê a ampliação para 50% da rede, e somente nos anos iniciais (ficam portanto de fora da meta a educação infantil e o segundo ciclo do ensino fundamental).

Crivella tem declarado também que horário in-

tegral deveria ser de nove horas, e não de sete, que é a jornada prevista na lei municipal e no Plano Nacional de Educação. Não há dúvida de que deixar os filhos por mais duas horas na escola facilita a vida dos pais. Quando se trata de avaliar o impacto no aprendizado das crianças, porém, o tema é muito mais complexo. Estudos nacionais e internacionais mostram que o investimento na ampliação do tempo na escola não garante, por si só, me-

lhorias do aprendizado. Tudo depende de como ele é usado em favor dos alunos.

Comparando a lei com a promessa de Crivella, fica claro que a conta não fecha sem que uma boa parcela da população deixe de ser beneficiada pela jornada ampliada. O prefeito pode acreditar que vale sacrificar o investimento na ampliação do turno de sete horas para todos em troca da garantia de que apenas metade dos alunos de um ciclo específico seja atendida numa jornada de nove horas. Mas, antes de colocar em prática, deveria promover um debate democrático e transparente, com argumentos técnicos para convencer a sociedade de que vale a pena alterar uma política pública estabelecida em lei por uma promessa, mais restrita, de campanha.

Pode ser que o município não tenha condições financeiras de universalizar o horário integral. Pode ser que a ampliação de sete para nove horas diárias em algumas escolas seja uma ideia melhor e mais realista. O que não pode é uma área tão essencial como a educação ficar sempre sujeita a oscilações de crença, humor ou ideologias. A tarefa de melhorar o ensino público é semelhante a uma maratona de esforço coletivo. Para isso, são necessários consensos mínimos sobre estratégias de longo prazo para alcançar o objetivo comum: garantir o direito a um ensino de qualidade para todas as crianças. ●

Na semana passada, logo ao assumir, o novo secretário municipal de Educação do Rio, Cesar Benjamim, fez questão de divulgar uma carta aos servidores em que se mostrava aberto ao diálogo. Um dos trechos dizia o seguinte: “Todas as boas iniciativas serão mantidas, buscando-se realizar em cada uma os aperfeiçoamentos pertinentes. Novos programas só serão lançados após grande amadurecimento coletivo. A Secretaria Municipal de Educação não precisa de um salvador da pátria.”

É auspicioso ouvir isto de um novo secretário, pois demonstra consciência de que educação é política de Estado. Benjamim terá, logo de cara, uma ótima oportunidade de mostrar que não há distância entre intenção e gesto. E já terá que combinar isso com o prefeito Marcelo Crivella justamente num tema que mexe bastante com a vida de milhões de alunos, pais, professores e funcionários: a ampliação do horário integral na rede municipal.

O EX-PREFEITO EDUARDO PAES deixou o cargo sinalizando que a rede estava com 35% das matrículas em horário integral e preparada para cumprir a meta de ter 100% das escolas do município funcionando numa jornada de sete horas por dia até 2020. Este objetivo inclusive consta em lei, aprovada na Câmara de Vereado-